



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 151ª reunião, realizada em 1º de julho de 2010

1 Em 1º de julho de 2010, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
2 (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
3 suplentes: o presidente José Carlos Carvalho, Paulo Afonso Romano, Mauro Santos
4 Ferreira, Guiomar Maria Jardim Leão Lara, Maria Berenice Cardoso Martins Vieira,
5 Leomar Fagundes de Azevedo, Célia Regina Alves Rennó, José Antônio Pimenta de
6 Faria, Luciano Luz Badini Martins, Alison José Coutinho, Wagner Pinto Domingos,
7 Henrique Geraldo Gonçalves e Marcelo Albano Ferreira de Moraes – representantes do
8 poder público; Carlos Alberto Santos Oliveira, Vitor Feitosa, Scheilla Nery de Souza
9 Queiroz, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo, José Carlos
10 Manetta, Márcio Tadeu Pedrosa, Maria Dalce Ricas, Isaías de Barros Abreu, José Ângelo
11 Paganini, Maria Aparecida Silva, Fernando Verassani Laureano, Newton Reis de Oliveira
12 Luz e Décio Antônio Chaves Beato – representantes da sociedade civil. Assuntos em
13 pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro.
14 **2) ABERTURA.** O presidente José Carlos Carvalho declarou aberta a 151ª reunião do
15 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS**
16 **CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Dalce Ricas. A conselheira Maria Dalce Ricas
17 solicitou esclarecimentos sobre parecer elaborado recentemente pela Advocacia Geral do
18 Estado, relativo a compensação ambiental, do qual, segundo a conselheira, apenas a
19 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) teria tomado conhecimento
20 na data de ontem. A conselheira questionou ainda quando a diretiva deliberada pelo
21 Plenário do COPAM em 2009, relativa a mudanças na classificação de porte de
22 empreendimentos, será levada à Câmara Normativa e Recursal (CNR) para apreciação e
23 aprovação como Deliberação Normativa. Maria Dalce Ricas solicitou também que seja
24 apresentado ao Plenário do COPAM o planejamento ambiental para os três municípios do
25 Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, considerando o projeto
26 macroeconômico do Estado. A conselheira registrou ainda convite aos demais
27 conselheiros e a todos os presentes para participarem, na próxima segunda-feira, às 10h,
28 em frente à Assembleia Legislativa, de manifestação pública contra a lei estadual
29 aprovada que “permitirá ampliar a derrubada da mata seca no Norte de Minas”.
30 Conselheiro Vitor Feitosa. “Foi publicado hoje o contrato de gestão da Agência Peixe
31 Vivo com a Agência Nacional de Águas (ANA), o que significa, na prática, que a Agência
32 Peixe Vivo, criada a partir do Comitê do Rio das Velhas, será não só a agência, neste
33 momento, de cinco comitês mineiros como a agência do São Francisco. Isso eu acho que é
34 de muita relevância. Eu, particularmente, tenho a honra de ser presidente do conselho de
35 administração. É uma agência constituída por usuários de recursos hídricos e por
36 membros da sociedade civil, e o objetivo, tal como definido em lei, é cumprir os

37 programas estabelecidos pelos diversos comitês e a gestão do dinheiro advindo da
38 cobrança, que, diga-se de passagem, já se iniciou no rio das Velhas desde março deste
39 ano, e que, no São Francisco, se inicia em agosto deste ano.” **Conselheiro Décio Antônio**
40 **Chaves Beato**. “A Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, da qual eu sou
41 representante, gostaria de fazer um reconhecimento público do Governo do Estado sobre
42 o projeto que foi aprovado de avaliar a disponibilidade hídrica no Norte do Estado, onde
43 vão ser instaladas 10 a 15 bacias experimentais, que serão instrumentalizadas e
44 monitoradas durante cerca de três anos. É um projeto bastante importante para avaliar a
45 disponibilidade hídrica nessa região, que é bastante carente também. A comunidade de
46 hidrogeólogos agradece esse empenho do Governo do Estado, na pessoa do secretário
47 José Carlos Carvalho. Com certeza, acredito que vá render bons produtos.” **Respostas do**
48 **presidente José Carlos Carvalho. Compensação ambiental**. “De fato, nós temos em
49 Minas Gerais um decreto que está regulamentando a matéria. Esse decreto foi baixado
50 após a súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que, na verdade, reconheceu a
51 competência dos órgãos gestores para disciplinar a cobrança da compensação de acordo
52 com os parâmetros que a súmula havia fixado. Depois da publicação desse decreto, nós
53 tivemos um questionamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de Minas
54 Gerais diretamente ao governador do Estado, e, por conta desse questionamento, a matéria
55 foi remetida à análise da Advocacia Geral do Estado, que é o órgão jurídico competente
56 para assessorar o governador e secretários em relação às questões de natureza jurídica.
57 Esse parecer foi proferido e está em fase de análise no âmbito da Secretaria de Estado do
58 Meio Ambiente, para posterior exame e decisão do governador do Estado, na medida em
59 que as questões que ali estão mencionadas levariam à mudança do decreto que atualmente
60 está em vigor. Então, eu queria, transparentemente, colocar este Conselho ao par da
61 situação real, na medida em que, havendo necessidade de mudança no decreto, a matéria é
62 de competência do governador, e nós teremos que discutir com o governador. Por isso,
63 esse parecer foi expedido e está sendo analisado no âmbito da Secretaria de Meio
64 Ambiente para audiência com o governador do Estado. Eu também queria aproveitar para
65 dizer, na medida em que a conselheira Maria Dalce diz que só a Fiemg tem conhecimento
66 do parecer da Advocacia Geral do Estado, que estou orientando o meu chefe de gabinete
67 para que coloque o parecer disponível para conhecimento de todos os conselheiros e
68 conselheiras que queiram conhecer.” **Mudanças na DN 74**. “Com relação à atualização
69 da DN 74, eu compreendo a cobrança da conselheira. Tivemos oportunidade de deliberar
70 sobre essa matéria aqui mesmo neste Plenário. O doutor José Cláudio Junqueira,
71 presidente da FEAM, está concluindo a minuta de deliberação e a nossa expectativa,
72 segundo a informação que ele mesmo me passou, é que nos próximos 15 dias nós
73 estaremos submetendo à Câmara Normativa e Recursal a primeira versão da deliberação
74 que possa regulamentar as diretivas estabelecidas no âmbito da decisão do Plenário já
75 adotada.” **Planejamento ambiental do Vetor Norte**. “Com relação ao Vetor Norte, a
76 conselheira tem acompanhado os esforços que vêm sendo realizados pelo Governo nessa
77 área, o decreto que criou o grupo que trata do assunto – e também, mais recentemente, a
78 Agência Metropolitana vem tratando do tema. A Secretaria de Desenvolvimento

79 Econômico está elaborando um documento que trata do melhor aproveitamento do
80 Aeroporto Internacional de Confins e das adjacências do aeroporto. Esse documento tem
81 sido apresentado aos mais variados segmentos da sociedade e hoje mesmo foi apresentado
82 à sociedade civil numa reunião patrocinada pela Amda. E, certamente, nós vamos
83 compatibilizar as propostas de expansão do Aeroporto de Confins com o marco
84 regulatório de natureza ambiental e urbanística previsto na estrutura decisória já
85 estabelecida pelo governo.” **Agência Peixe Vivo**. “Também queria fazer um comentário
86 adicional à comunicação do nosso conselheiro Vitor Feitosa. Eu acho que nós estamos
87 vivendo um momento especial. Minas Gerais é o primeiro Estado da Federação que
88 realmente tira a Lei Nacional dos Recursos Hídricos do papel. Nós criamos hoje todos os
89 comitês de bacias de todas as unidades regionais de planejamento, estabelecemos
90 mecanismos para financiamento operacional dos comitês, colocamos em pleno
91 funcionamento o Fundo de Desenvolvimento Sustentável e Recuperação das Bacias
92 Hidrográficas, aprovamos, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Agência Peixe
93 Vivo como agência de bacia do rio das Velhas, e depois fizemos um intenso trabalho de
94 articulação, tanto no plano estadual quanto no plano federal, o que fez alcançarmos um
95 resultado que chega a ser surpreendente, na minha avaliação, pela complexidade
96 geopolítica da bacia hidrográfica do São Francisco. Houve um grande esforço de
97 harmonização e a Agência Peixe Vivo é, desde hoje, depois da aprovação tanto do
98 Conselho Estadual de Recursos Hídricos quanto do Conselho Nacional de Recursos
99 Hídricos, a agência única de gestão de toda a bacia do rio São Francisco, incluindo os
100 afluentes mineiros, incluindo o Paraopeba, com o qual nos reunimos há uma semana e
101 também acertamos avançar nessa direção.” **Monitoramento da disponibilidade hídrica
102 no Norte de Minas**. “Sobre o comentário do nosso conselheiro Décio, realmente é outro
103 esforço que estamos fazendo de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas,
104 principalmente da região semiárida de Minas. E eu fico feliz em ouvir a manifestação dele
105 de reconhecimento ao esforço que nós estamos fazendo.” **4) EXAME DA ATA DA 150ª
106 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM**. Aprovada por unanimidade a ata da 150ª
107 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 14 de
108 outubro de 2009. **5) SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS MINAS SEM LIXÕES E
109 MINAS TRATA ESGOTO. Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM)**. A
110 diretora de Qualidade e Gestão Ambiental da FEAM, Zuleika Stela Chiacchio Torquetti,
111 fez exposição, ao Plenário do COPAM, dos projetos Minas sem Lixões e Minas Trata
112 Esgoto, com a apresentação do panorama atual de disposição de lixo e tratamento de
113 esgoto no Estado de Minas Gerais. Em seguida, foi aberto espaço para os debates e a
114 diretora da FEAM esclareceu pontos levantados pelos conselheiros. **6) FECHAMENTO
115 DE MINA: DELIBERAÇÃO NORMATIVA 127/2008. Apresentação: Fundação
116 Estadual de Meio Ambiente (FEAM)**. Caio Márcio Benício Rocha, gerente da FEAM,
117 fez exposição da proposta de deliberação normativa que disciplina o fechamento de mina
118 no Estado de Minas Gerais e esclareceu pontos levantados pelos conselheiros. **7)
119 GESTÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS. Apresentação: Fundação Estadual de
120 Meio Ambiente (FEAM)**. Luiz Otávio, analista ambiental da Gerência de Qualidade de

121 Solo, da FEAM, fez exposição ao Plenário do COPAM sobre a gestão de áreas
122 contaminadas no Estado de Minas Gerais. Em seguida, respondeu questões formuladas
123 pelos conselheiros. **8) ASSUNTOS GERAIS.** O presidente José Carlos Carvalho
124 comunicou que as apresentações feitas pela FEAM nesta sessão estão disponíveis em
125 meio eletrônico para os interessados. **7) ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo
126 outros assuntos a serem tratados, o presidente José Carlos Carvalho declarou encerrada a
127 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

128 APROVAÇÃO DA ATA

129

130

131

132

133 Presidente Adriano Magalhães Chaves